



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024/SEAP**  
**PAE nº 2024/47438**

**RESUMO**



**PROMOTOR**

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA DO PARÁ- SEAP

CNPJ nº 05.929.042/0001-25



**OBJETO**

Contratação de empresa especializada em Administração e Gerenciamento de Manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios (preventiva e corretiva), por meio de rede credenciada de oficinas, com fornecimento de peças, acessórios (originais ou genuínas novas e de primeiro uso) e serviços, incluindo guincho e lavagem, mediante sistema informatizado on-line, fornecido pela contratada, para atender a frota e outros equipamentos (geradores elétricos e roçadeiras) à disposição da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.



**MÉTODO DE DISPUTA**

- ☒ Aberto
- ☐ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- ☒ Menor preço
- ☐ Maior desconto



## FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

**Forma**

O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço e de acordo com o estabelecido no Termo de Referência.

**Prazo**

O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.

**Local**

O serviço deverá ser prestado a qualquer hora do dia dependendo da necessidade de ações preventivas e corretivas nos veículos da SEAP nos municípios de Abaetetuba, Bragança, Belém, Breves, Capanema, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Santarém, Santa Izabel do Pará, São Félix do Xingu, Vitória do Xingu, Tucuruí e outros municípios onde a SEAP possui unidades.

## VALOR TOTAL

2.408.160,00 (Dois Milhões, Quatrocentos e Oito e Cento e Sessenta Reais).



## REAJUSTE

**Índice**

☒ IPCA      ☐ INCC      ☐ Outro: (sigla)  
☐ INPC      ☐ IGP

**Período**

A cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa** (data do orçamento estimado).

## PAGAMENTO

**Forma**

Ordem bancária.

**Prazo**

Até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.

## ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**Data**

10/05/2024

**Hora**

10:00.



## REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

### CLÁUSULA 1

#### PROMOTOR DO PREGÃO

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio de SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP, CNPJ nº 05.929.042/0001-25, com sede na Rua dos Avenida João Paulo II, nº 602, Bairro Marco – Belém - PA. CEP: 66.095–492, na cidade de Belém, Estado do Pará, neste ato representado pelo Secretário, MARCOS ANTONIO SIROTHEAU, inscrito (a) no CPF nº 462.525.762-05, portador da Carteira de Identidade nº 13827 PM/PA.

### CLÁUSULA 2

#### FUNDAMENTO LEGAL

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.939/2023, Decreto Estadual nº 2.940/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

### CLÁUSULA 3

#### OBJETO

**3.1** Contratação de empresa especializada em Administração e Gerenciamento de Manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios (preventiva e corretiva), por meio de rede credenciada de oficinas, com fornecimento de peças, acessórios (originais ou genuínas novas e de primeiro uso) e serviços, incluindo guincho e lavagem, mediante sistema informatizado on-line, fornecido pela contratada, para atender a frota e outros equipamentos (geradores elétricos e roçadeiras) à disposição da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **adere** a este documento para todos os fins.

**3.2.** O serviço a ser licitado é o descrito no Termo de Referência, anexo I do Edital, e conforme abaixo:

Item	Preço unitário	Quantidade	Mês	Ano
1	R\$ 680,00 (Taxa de Administração)	1	R\$ 680,00	R\$ 8.160,00
	*Percentual estimado da taxa de administração 0,3400%			
	R\$ 2.400.000,00 (Valor global de prestação de serviço).	1	R\$ 200.000	R\$ 2.400.000,00
			<b>TOTAL: R\$ 2.408.160,00</b>	

**3.3** A licitação observará o seguinte:

- ☒ **Item único;**
- ☐ **Divisão em itens**, conforme tabela do [item 3.2](#) deste edital;
- ☐ **Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- ☐ **Lote único**, formados por itens, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### CLÁUSULA 4

---

#### CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

**4.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2** O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**4.3** É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**4.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

**4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.



**4.6. Não poderão disputar esta licitação:**

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**4.7.** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**4.8.** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.9** O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**4.10.** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

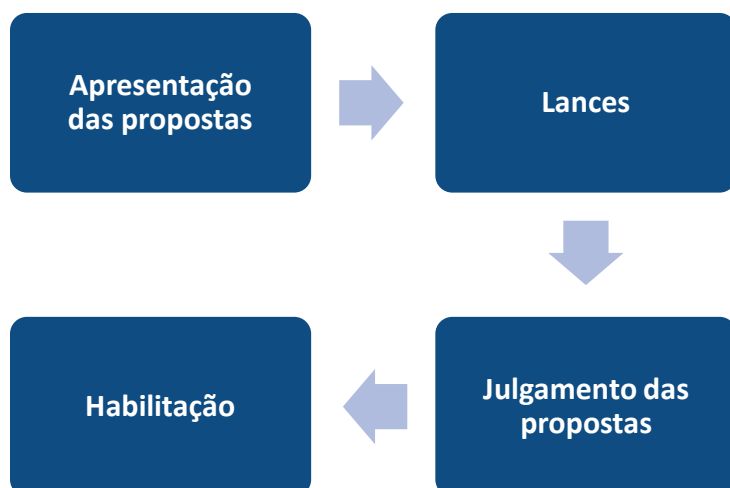
**4.11.** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

**4.12** A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## CLÁUSULA 5

### FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**5.1** A licitação terá as seguintes fases:



**5.2.** Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4.** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4.1.** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**5.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**5.5.** A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**5.6.** Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

**5.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**5.8.** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**5.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e

- b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**5.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**5.12.** Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

**5.13.** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## CLÁUSULA 6

### PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

---

**6.1.** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- ☒ valor do item.
- a.** ☐ (percentual) desconto.
- b.** Marca.
- c.** Fabricante.
- d.** Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

**6.2.** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**6.3.** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4.** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

**6.5.** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.6.** A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

**6.7.** Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

**6.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a [indicar o prazo de validade em dias da proposta, conforme especificado no TR em dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.9.** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
  - 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
  - 2.** --Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

#### **CLÁUSULA 7**

---

### **ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

**7.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4.** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**7.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**7.6.** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7.7.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

**7.8.** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.9.** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

Quanto ao critério de julgamento será considerado o **menor preço**, já estabelecido no Edital, conforme Termo de Referência.

**7.10.** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**7.11.** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**7.12.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de R\$ 5,00 (Cinco Reais).

**7.13.** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.14.** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Aberto</b>	<b>a.</b> No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
	<b>b.</b> A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.
	<b>c.</b> A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
	<b>d.</b> Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
	<b>e.</b> Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
	<b>f.</b> Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.15.** Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem *crescente* de valores.

**7.16.** Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

**7.18.** No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

**7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20** Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**7.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

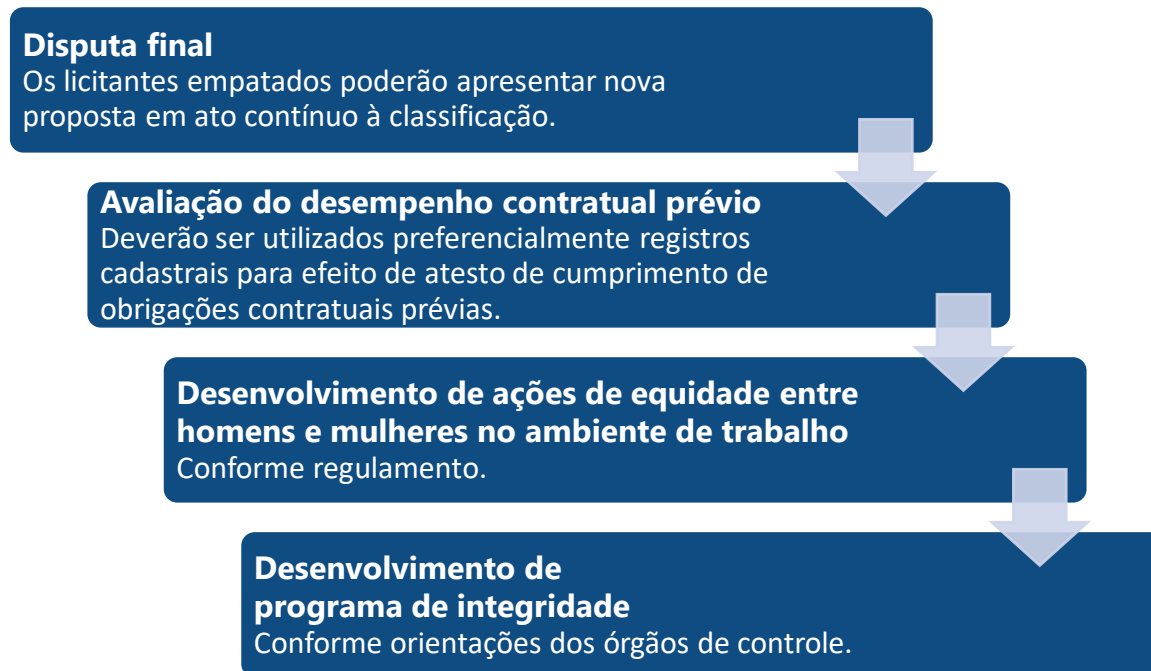
**7.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**7.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

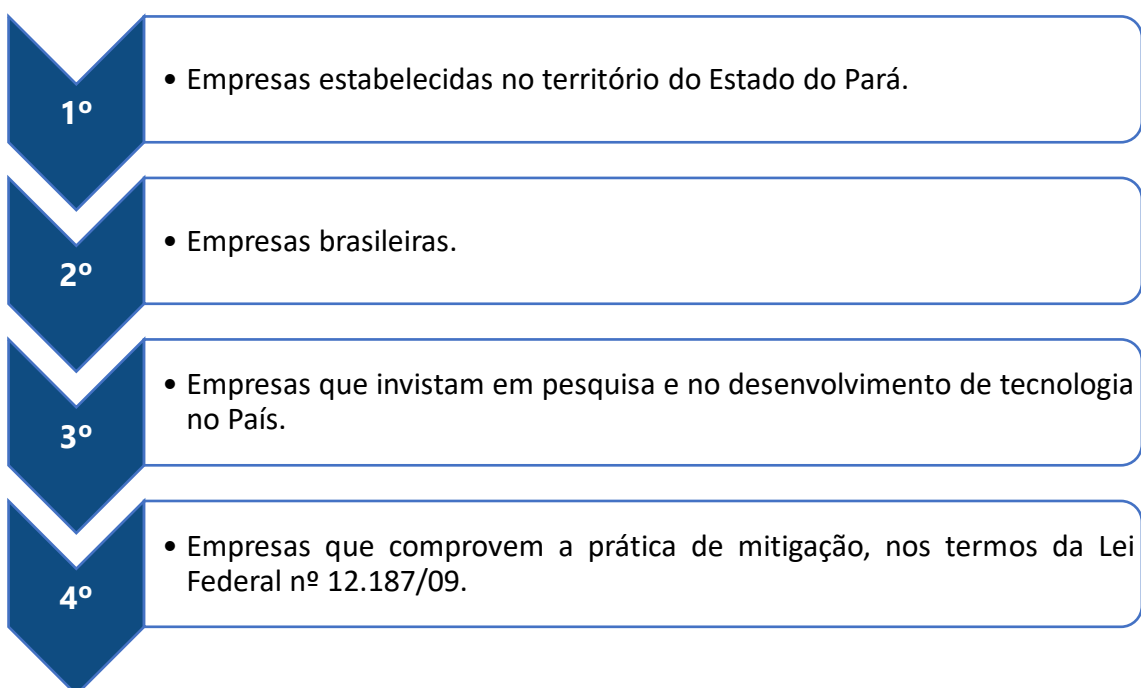
**7.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

**7.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.23.** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25. Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26. Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a



negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**7.27.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**7.28.** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.29.** O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.30.** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**7.31.** Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA 8**

### **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

---

**8.1.** Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

**8.3** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;

- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**8.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade de o LICITANTE participar.

**8.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

**8.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR; **Atentar para o Tópico “CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA”.**
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

**8.8.** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

**8.9.** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**8.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

**8.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**8.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**8.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.14.** Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.15.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

**8.16.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.17.** A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a.** Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b.** Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

**8.18.** Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

## **CLÁUSULA 9**

### **HABILITAÇÃO**

---

**9.1.** Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

**9.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.4.** Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e

apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.5.** Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.5.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [inserir um percentual 10% a 30%, salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo] para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

**9.6.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

**9.7.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

**9.8.** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**9.9.** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

**9.10.** O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

**9.11** Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

**9.11.1** O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [indicar forma de agendamento], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros LICITANTES.

**9.11.2** Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

**9.12.** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**9.12.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.13.** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

**9.14.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

**9.15.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

**9.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.17.** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.18.** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

**9.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

**9.20.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**9.21.** Os documentos a serem apresentados durante a fase de habilitação, são os constantes nos Art.62 ao Art.70. da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA 10**

### **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

---

**10.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**10.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **CLÁUSULA 11**

### **RECURSOS**

---

**11.1.** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.2.** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**11.10.** Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal Compras Pará.

## CLÁUSULA 12

## INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p>	
<p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;</li> <li>2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;</li> <li>3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;</li> <li>4. Deixar de apresentar amostra;</li> <li>5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;</li> </ol>	<p><b>Multa</b></p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p><i>e</i></p> <p><b>Impedimento de licitar e contratar*</b></p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	
<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p>	<p><b>Multa</b></p> <p>15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p><i>e</i></p>
<p>e. Apresentar declaração ou documentação</p>	

<p>falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;</p> <p><b>f.</b> Fraudar a licitação;</p> <p><b>g.</b> Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1.</b> Agir em conluio ou contra a lei;</li> <li><b>2.</b> Induzir deliberadamente a erro no julgamento;</li> <li><b>3.</b> Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;</li> </ol> <p><b>h.</b> Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;</p> <p><b>i.</b> Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.</p>	<p><b>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</b></p>
---	---

**12.2.** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

**12.3.** As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**12.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida.
- As peculiaridades do caso concreto.
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.5.** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.6.** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.



**12.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

**12.9.** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

**12.11.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.12.** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a.** O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.13.** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**12.14.** O recurso a que se refere o [item 12.12](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**12.16.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **CLÁUSULA 13**

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

---

**13.1.** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**13.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**13.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio de pelo e-mail clic@seap.pa.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, na Av. João Paulo II, nº 602, entre as Tv. Humaitá e Vileta, Bairro: Marco – Belém-PA CEP: 66095-492.

**13.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**13.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

## **CLÁUSULA 14**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

**14.1.** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

**14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6.** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**14.8.** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

**14.11.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal Compras Pará.

**14.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de apresentação de proposta

ANEXO III – Minuta do Contrato

Belém, na data da assinatura eletrônica

**MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES**  
**Secretário de Estado de Administração Penitenciária**



TERMO DE REFERÊNCIA DE SERVIÇOS  
PAE nº 2024/47438

O QUE SERÁ CONTRATADO?				
Item	Descrição	Código SIMAS	Valor total de serviços Estimado/percentual + taxa administrativa (2%)**	Valor Total Anual Estimado
1	Contratação de empresa especializada em Administração e Gerenciamento de Manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios (preventiva e corretiva), por meio de rede credenciada de oficinas, com fornecimento de peças, acessórios (originais ou genuínas novas e de primeiro uso) e serviços, incluindo guincho e lavagem, mediante sistema informatizado on-line, fornecido pela contratada, para atender a frota e outros equipamentos (geradores elétricos e roçadeiras) à disposição da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária -SEAP, de acordo com as condições e especificações deste Termo de Referência.	22700-5	R\$ 2.400.000,00 + R\$ 48.000,00 (2% do valor total estimado)	R\$ 2.448.000,00
			Valor Total Global Estimado**	R\$ 2.448.000,00

**\*\* O valor global total estima foi calculado a partir do estudo de gastos na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos à disposição da SEAP, considerando os valores gastos no último ano, tendo como referencia o atual contrato em vigência, levando-se em conta também os novos veículos incorporados à frota da SEAP, somado ao valor estimado de taxa administrativa a ser paga a empresa que fará a gestão do serviço que girará em torno de 2% de cada serviço a ser executado.**

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	Manter a frota de veículos automotores e motocicletas que compõem a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária-SEAP, em perfeitas condições de uso e em bom estado de conservação, à disposição do serviço a qualquer tempo que forem demandados e, no caso de situações emergenciais, pronta para receber o atendimento e assistência devidos, o que é primordial para o seu funcionamento. Além disso, essa se torna necessária tendo em vista à segurança dos usuários dos veículos.



NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO		
NATUREZA	Serviço comum de natureza continuada.	
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, 12 (doze) meses, após a sua conclusão.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO		
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b> de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação em razão do <b>valor*</b> , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.	
	<input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.	
	<input type="checkbox"/> Maior desconto.	
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim.	Justificativa:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	<p>Empresa especializada em Administração e Gerenciamento de Manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios, preventiva e corretiva com fornecimento de peças, componentes, pneumáticos, acessórios, outros materiais, lavagem veicular, transporte em suspenso por guincho (reboque) para remoções e socorros mecânicos e demais serviços relacionados à manutenção de motos, carros, picapes, caminhões, embarcações etc. nas cidades constantes onde existam unidades penitenciárias vinculadas à SEAP.</p> <p>Os serviços serão executados por meio de rede de oficinas e centros automotivos credenciados pela CONTRATADA.</p> <p>O gerenciamento e autorização dos serviços serão através de sistema informatizado da CONTRATADA, via WEB (on-line), no qual a CONTRATANTE terá acesso e poderá verificar detalhadamente a quantidade, o preço, referências e demais especificações das peças e serviços a serem instalados/executados. Aceita-se também a utilização de cartões magnéticos com CHIP para realização dos pagamentos dos serviços.</p> <p>a. Valor global estimado para uso dos serviços R\$ 2,400,000,00 b. Percentual estimado da taxa de administração --- 2% c. Valor correspondente a taxa de administração = R\$ 48.000,00 d. Valor total estimado da contratação = R\$ 2.448.000,00</p> <p>A CONTRATADA deverá credenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, e manter sob pena de rescisão contratual, a rede d2 estabelecimentos de oficinas e autopeças, devidamente equipados para aceitar as transações do seu sistema e outros que vierem a ser necessários, no mínimo, nos seguintes municípios: Abaetetuba, Bragança, Belém, Breves, Capanema, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Santarém, Santa Izabel do Pará, São Félix do Xingu, Vitória do Xingu, Tucuruí e</p>	

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Thiago de Oliveira Faro (Lei 11.419/2006)  
EM 19/01/2024 14:06 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 4EB502D8DF0BE6F.A9EE2FE91137E300.BF5EF3867F44E803.F4403E2470F19A88



outros municípios, de acordo com a necessidade do órgão.

Não obstante a rede previamente cadastrada, é faculdade da CONTRATANTE solicitar o credenciamento de novos fornecedores sempre que houver necessidade do serviço.

A comunicação entre oficinas credenciadas e CONTRATANTE poderá ocorrer de forma on-line, através do sistema da CONTRATADA.

Todos os veículos oficiais de propriedade da CONTRATANTE, ou aqueles locados ou postos à sua disposição, poderão ser objeto de realização dos serviços descritos no presente Termo de Referência, inclusive os que forem substituídos ou incorporados à frota.

Poderão ainda ser objeto do futuro contrato veículos não constantes neste instrumento, mas que necessitem de manutenção preventiva ou corretiva a ser arcada pela CONTRATANTE, devido a justificativa e decisão proferida em procedimento específico, e também devido à obrigação legal de ressarcimento de terceiro, igualmente consignada em procedimento administrativo específico.

Os serviços contratados compreendem também:

a) Disponibilização de aplicativo próprio da CONTRATADA totalmente elaborado em ambiente WEB, compatível com o sistema operacional de informática utilizado na CONTRATANTE, que permita consultar informações e histórico dos serviços realizados nos veículos, proporcionando controle total sobre as operações de manutenções e assistências 24h, identificando os veículos, condutores e seus prestadores de serviços, prazos dos orçamentos e negociação;

b) A CONTRATADA será responsável, às suas expensas, pelos custos relacionados ao treinamento dos funcionários da CONTRATANTE, dos fornecedores e de quem mais utilizar o sistema;

e) A CONTRATADA deverá providenciar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, o credenciamento de novos estabelecimentos, caso o atendimento não esteja sendo considerado suficiente ou satisfatório e o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro dos limites praticados no mercado;

d) A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo para CONTRATANTE, acesso (com login e senha) à software de orçamentação, a exemplo do Sistema eletrônico AUDATEX que permita realizar o comparativo de preços praticados pela rede credenciada com os praticados pelo mercado de forma geral;

e) Os estabelecimentos credenciados deverão devolver as peças, materiais e acessórios substituídos por ocasião dos reparos realizados;

A CONTRATADA deverá credenciar junto a CONTRATANTE um representante para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, sendo obrigatório o atendimento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

A CONTRATADA deverá indicar telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer.

As oficinas têm o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar os orçamentos no sistema e o 2 (dois) dias para execução dos serviços quando autorizado, a depender do tipo de serviço executado, podendo tal prazo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE.

A CONTRATANTE somente fará uso de oficinas credenciadas que sejam especializadas em serviços técnicos de manutenção de veículos, na forma do item 6.1 que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

a) Possuir preferencialmente microcomputador, impressora e conexão à Internet;

b) Dispor de ferramenta atualizada para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;

c) Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção;

d) Dispor de equipe técnica preferencialmente uniformizada;



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária  
Coordenadoria de Transporte - CTRANS



	<p>e) Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, prestando serviços e fornecendo peças e componentes genuínos, originais ou genéricos nas suas instalações, independentemente da marca do veículo, exceto aqueles que estejam em garantia de fábrica que deverão ser atendidos pela respectiva assistência autorizada;</p> <p>f) Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;</p> <p>g) Devolver os veículos para a contratante em perfeitas condições de funcionamento, bem como as peças que foram substituídas;</p> <p>h) Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços e desde que aprovado pela contratante.</p>		
HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE?	<input type="checkbox"/> Sim.	Indicar os itens:	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		
REQUISITOS DA CONTRATADA			
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Qual?	Atestado de que a CONTRATADA tenha ou esteja prestando serviços de forma satisfatória com outros entes.
		Por quê?	Pela necessidade de se ratificar que a empresa tem atuação no ramo pretendido e que presta o serviço de forma satisfatória.
	<input type="checkbox"/> Não.		
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<input type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.		
	<input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.		
	<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.		
	<input checked="" type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso.		<b>Justificativa:</b> Comprovação que a CONTRATADA tenha prestado ou que esteja prestando serviços satisfatoriamente com outros entes públicos ou privados.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Thiago de Oliveira Faro (Lei 11.419/2006)  
EM 19/01/2024 14:06 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 4EB502D8DF0BE6F.A9EE2FE91137E300.BF5EF3867F44E803.F4403E2470F19A88







	<input type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional.	
	<input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. Especificar:	
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?	<input type="checkbox"/> Sim.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO		
COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?	<input checked="" type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.	
	<input checked="" type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Os serviços contratados compreendem também:	
	<div>a. Disponibilização de aplicativo próprio da CONTRATADA totalmente elaborado em ambiente WEB, compatível com o sistema operacional de informática utilizado na CONTRATANTE, que permita consultar informações e histórico dos serviços realizados nos veículos, proporcionando controle total sobre as operações de manutenções e assistências 24h, identificando os veículos, condutores e seus prestadores de serviços, prazos dos orçamentos e negociação;</div> <div>b. A CONTRATADA será responsável, às suas expensas, pelos custos relacionados ao treinamento dos funcionários da CONTRATANTE, dos fornecedores e de quem mais utilizar o sistema;</div> <div>e) A CONTRATADA deverá providenciar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, o credenciamento de novos estabelecimentos, caso o atendimento não esteja sendo considerado suficiente ou satisfatório e o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro dos limites praticados no mercado;</div> <div>c. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo para CONTRATANTE, acesso (com login e senha) à software de orçamentação, a exemplo do Sistema eletrônico AUDATEX que permita realizar o comparativo de preços praticados pela rede credenciada com os praticados pelo mercado de forma geral;</div>	

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Thiago de Oliveira Faro (Lei 11.419/2006)  
EM 19/01/2024 14:06 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 4EB502D8DF0BE6F.A9EE2FE91137E300.BF5EF3867F44E803.F4403E2470F19A88





Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária  
Coordenadoria de Transporte - CTRANS



	<p>d. Os estabelecimentos credenciados deverão devolver as peças, materiais e acessórios substituídos por ocasião dos reparos realizados;</p> <p>A CONTRATADA deverá credenciar junto a CONTRATANTE um representante para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, sendo obrigatório o atendimento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.</p> <p>A CONTRATADA deverá indicar telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer.</p> <p>As oficinas têm o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar os orçamentos no sistema e o 2 (dois) dias para execução dos serviços quando autorizado, a depender do tipo de serviço executado, podendo tal prazo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE.</p> <p>Fornecer em seu orçamento a relação de peças (com marca do fabricante), serviços (mão-de-obra), componentes e materiais a serem trocados com descrição individualizada dos custos, via sistema, para avaliação da CONTRATANTE, em especial:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>Valor detalhado de todos os serviços a serem prestados, bem como de cada peça a ser fornecida, tomando por base o preço praticado pelo mercado, devendo constar ainda: marca e modelo do veículo, placa, quilometragem do veículo, nome da oficina, local, data da cotação, data de início e conclusão dos serviços;</li><li>O prazo de garantia para os serviços, peças e acessórios aplicados, será de no mínimo 6 (seis) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros rodados, contados do recebimento do veículo;</li><li>O prazo de garantia para os serviços, peças de retífica de motor, será de no mínimo 1 (um) ano ou 10.000 (dez mil) quilômetros rodados.</li></ol> <p>A manutenção preventiva ou corretiva compreende:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>Serviços de refrigeração, instalação e manutenção de acessórios;</li><li>Borracharia</li><li>Trocas e reparos de pneumáticos;</li><li>Transporte em suspenso através de caminhão guincho ou munk;</li><li>Mecânica em geral com fornecimento de peças genuínas, originais ou genéricas e acessórios.</li><li>Reparação elétrica/eletrônica;</li><li>Funilaria, lanternagem, polimento e pintura em geral;</li><li>Vidraçaria;</li><li>Carroçaria;</li><li>Tapeçaria automotiva;</li><li>Lavagem interna e externa;</li><li>Manutenção e reparo em blindados;</li><li>Outros serviços relacionados de que a CONTRATANTE necessite.</li></ol>
LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	O serviço deverá ser prestado a qualquer hora do dia dependendo da necessidade de ações preventivas e corretivas nos veículos da SEAP nos municípios de Abaetetuba, Bragança, Belém, Breves, Capanema, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Santarém, Santa Izabel do Pará, São Félix do Xingu, Vitória do Xingu, Tucuruí e outros municípios onde a SEAP possui unidades.
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	12 (doze) meses.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Thiago de Oliveira Faro (Lei 11.419/2006)  
EM 19/01/2024 14:06 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 4EB502D8DF0BE6F.A9EE2FE81137E300.BF5EF3867F44E803.F4403E2470F19A88



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária  
Coordenadoria de Transporte - CTRANS



HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PROR- ROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
FORMA DE PAGAMENTO	Meio	Ordem bancária.
	Onde?	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	Qual o prazo?	Até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	Prova da regularidade fiscal	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<input type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática:	03.421.1510.8283
	Elemento de Despesa:	339039
	Fonte do Recurso:	015000000001
	Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.	

Belém (PA), 19 de janeiro de 2024.

  
Thiago de Oliveira Faro  
Coordenadoria de Transporte  
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 002/2024

PAE nº 2024/47438

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	A necessidade da contratação de empresa especializada em Administração e Gerenciamento de Manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios nas manutenções preventivas e corretivas em que se relaciona às peculiaridades das atividades desenvolvidas nesta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, em manter a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, de modo que a sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, os quais necessitam rotineiramente do deslocamento de servidores e PPL's e outras demandas. Essa contratação permitirá a administração o gerenciamento da frota de veículos, máquinas e equipamentos em relação aos serviços de manutenções que irá garantir maior eficiência e eficácia no atendimento, a fim de que se mantenham os padrões adequados de desenvolvimento das atividades institucionais do órgão.
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO	
QUAL O TIPO DE OBJETO?	<input type="checkbox"/> Bem. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço.
QUAL A NATUREZA?	<input checked="" type="checkbox"/> Continuada. <input type="checkbox"/> Com monopólio. <input checked="" type="checkbox"/> Sem monopólio.
	<input type="checkbox"/> Não continuada.
QUAL A VIGÊNCIA?	12 meses
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<div>Contrato nº: 004/2019</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Prazo final: 22/02/2025, condicionado a recisao automatica do contrato, nos seguintes termos: o contrato tera encerramento automatico indeoendentemente de anuencia de qualquer das partes, pela finalizaçao do processo licitatorio cadastrado sob o nº 2024/47438</div> <div><input type="checkbox"/> Não.</div>

	Item	Descrição detalhada
<b>PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE</b>	1	<p>Atendimento a todos os preceitos legais vigentes; Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta instituição; Garantir a boa execução dos serviços contratados, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade; e Atendimento da necessidade do serviço de Administração e Gerenciamento de Manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios.</p> <p>A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva de veículos, máquinas e equipamentos próprios de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios de reposição, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína (ABNT NBR 15296), e ainda borracharia, bem como serviço de guincho em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas, por meio de sistema informatizado e integrado, via internet, para gestão de frota e de recursos tecnológicos de forma a atender os veículos oficiais máquinas e equipamentos próprios pertencentes à frota própria desta SECRETARIA de ESTADO de ADMINISTARCAO PENITENCIARIA-SEAP/PA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, a serem estabelecidas no Termo de Referência.</p> <p>Manutenção do funcionamento administrativo, redução dos riscos de trabalho, redução de custos, ganho de eficiência e realização de política pública.</p> <p>Garantir a boa execução dos serviços contratados, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, e Atendimento da necessidade do serviço de manutenções da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios.</p> <p>Diante do exposto, considerando que a administração pública tem procurado abrir as portas à inovação, inclusive inspirando em modelos já praticados pela iniciativa privada e pública, viu-se a oportunidade da implantação de um novo formato por intermédio de gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios desta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária SEAP/PA.</p>
<b>HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Jefferson Pereira Libório (Lei 11.419/2006)  
EM 19/01/2024 13:43 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 20A054637613F92D.15166A8C28F91AFD.F9028259EAD1385.DF584282E9344035

<div>HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?</div>	<div><div><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</div><div>A Contratada deverá disponibilizar para o Contratante, programa de capacitação para todos os gestores e usuários para utilização do Sistema, incluindo:<div><div>a) Operações de cadastramento, parametrização do sistema e limite de crédito;</div><div>b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e emissão de relatórios;</div><div>c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;</div><div>d) Aplicação prática do Sistema;</div><div>e) Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.</div></div></div><div><input type="checkbox"/> Não.</div></div>
<div>LEVANTAMENTO DE MERCADO</div>	
<div>ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?</div>	<div><div><input type="checkbox"/> Consulta a fornecedores.</div><div><input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares.</div><div><input type="checkbox"/> Internet.</div><div><input type="checkbox"/> Audiência pública.</div></div>
<div>JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO</div>	<div><div>O critério para julgamento da proposta é a menor taxa de administração pela prestação dos serviços, haja vista que esta taxa será o reflexo do valor real do serviço prestado pela ação preventiva ou corretiva.</div><div>A gestão dos recursos públicos deve ter como base os modernos princípios de administração, pautando a aplicação de seus esforços na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio, passando da gestão de recursos para a gestão de resultados.</div><div>Quanto à seleção de prestadores do serviço dissociada da aquisição de peças para reparos resta evidente sua conveniência, dada a interdependência da prestação dos serviços e do fornecimento das peças, o que acarreta na liberdade que o Ministério da Saúde terá para realizar as manutenções nos locais que possuem melhores preços.</div><div>Tal modalidade de contratação é uma tendência de crescente utilização tanto na iniciativa privada como em órgãos públicos do Poder Executivo na administração direta e indireta, bem como nos demais poderes da República, consequência das inúmeras vantagens que oferece, tais como:</div><div><div><div>• Registro de garantia de peças-serviços;</div><div>• Redução de despesas com a frota/equipamentos, através de controles dinâmicos e eficazes;</div><div>• Redução de despesas administrativas relativas à frota/equipamentos (coleta de dados, digitação, controles gerais, espaço físico, pessoal);</div><div>• Flexibilidade do sistema de gerenciamento e manutenção por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados;</div><div>• Agilidade nos procedimentos; Evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;</div><div>• Obtenção de informações sobre os serviços de manutenção em tempo hábil para tomada de decisões corretivas;</div></div></div></div>

- Redução de gastos inadequados através da utilização de relatórios de exceção; Controle, precisão das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;
- Redução dos custos e aprimoramento da qualidade dos serviços que envolvem a manutenção e funcionalidade da frota de veículos e equipamentos;
- Alcance de condições ideais para desenvolver uma regular manutenção preventiva e corretiva dos veículos, através de um controle mais eficiente desses serviços;
- Agilidade e dinamismo na prestação dos serviços de transporte;
- Melhoria do gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva através do controle de quilometragem e consumo por veículo, dentre outros controles e parâmetros.
- Redução do tempo de imobilização por veículo;
- Controle efetivo e transparência do gasto público;
- Padronização do serviço de manutenção no âmbito da instituição;
- Uso intensivo de tecnologia da informação e comunicação, de modo a propor melhorias na gestão da manutenção da frota a serviço da instituição;
- Redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes, que conferem veracidade às informações e permitem reduzir o tempo de coleta, digitação, compilação e análise de dados;
- Redução de despesas administrativas relativas ao espaço físico e pessoal necessários à operacionalização dos controles;
- Flexibilidade do sistema de manutenção dos veículos, por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados;
- Agilidade nos procedimentos;
- Obtenção de informações gerenciais, em tempo hábil para tomada de decisões;
- Melhoria do gerenciamento da frota através do controle das manutenções por veículo, da quilometragem e das despesas realizadas;
- Os veículos em missões e diligências contarão quando necessário, com oficinas ou serviço de guincho até a oficina credenciada mais próxima, não prejudicando uma operação ou investigação por necessidade de retorno da viatura até uma oficina contratada.

Os contratos em anos anteriores segue a metodologia que cada órgão realizava seu certame licitatório para contratação de oficinas objetivando garantir a prestação de serviço de manutenção exclusivamente para suas respectivas frotas. Assim eram realizados inúmeros processos de contratação de empresas de manutenção veicular. Desta maneira, grande parte dos serviços eram executados por uma mesma empresa (vencedora da licitação). Em outras oportunidades a mesma empresa acabava por vencer mais lotes dentro da mesma licitação. Ao final, inviabilizava a eficácia da prestação do serviço chegando até a gerar certa morosidade. Percebendo as dificuldades, limitações e anomalias desta metodologia de contratação evidenciadas por relatos de servidores de diversos órgãos que participavam da operacionalização do contrato de manutenção, identificou-se os principais pontos para alteração do modelo de contratação de serviço de manutenção de veículos, destacando-se os seguintes:



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limitação da capacidade técnica da oficina contratada;</li> <li>• Excessivo gasto com deslocamentos dos veículos para a realização de manutenção;</li> <li>• Excessivo tempo de indisponibilidade da frota quando em manutenção;</li> <li>• Dificuldade de controle sobre os serviços realizados face à indisponibilidade de um sistema informatizado de gestão;</li> <li>• O aumento dos custos com subcontratações;</li> <li>• Baixa competitividade entre os prestadores dos serviços;</li> <li>• Impossibilidade de revisão nos veículos recém adquiridos nas concessionárias para preservação da garantia de fabricação.</li> </ul>
<b>HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</b>	
<b>O QUE SERÁ CONTRATADO?</b>	<p>Empresa especializada em Administração e Gerenciamento de Manutenção (preventiva e corretiva) POR MEIO DE REDE CREDENCIADA DE OFICINAS com fornecimento de peças, componentes, pneumáticos, acessórios, outros materiais, lavagem veicular, transporte em suspenso por guincho (reboque) para remoções e socorros mecânicos e demais serviços relacionados à manutenção de motos, carros, picapes, caminhões, embarcações etc. para atendimento da frota própria desta Secretaria – SEAP/PA, nas cidades constantes no TR que se dará da seguinte forma:</p> <p>A CONTRATANTE encaminhará o veículo objeto de futura manutenção para um dos estabelecimentos credenciados que expedirá um orçamento referencial e disponibilizará no sistema WEB como forma de permitir que outras credenciadas elaborem suas próprias cotações. Após, todas as oficinas que receberam a relação de peças e serviços alimentarão seus próprios orçamentos no sistema para que sejam avaliados pela CONTRATANTE.</p> <p>Todos os estabelecimentos credenciados interessados, conforme sua especialidade poderão apresentar preços para cotação on-line. Caso a cotação não atinja o mínimo de 03 (três) orçamentos, o sistema possibilitará a CONTRATANTE o encaminhamento da proposta para outras oficinas credenciadas tantas quantas forem necessárias. Permanecendo o não alcance do quantitativo mínimo para cotações, o setor responsável poderá aprovar a menor cotação on-line e emitirá justificativa, desde que estejam dentro dos preços médios praticados pelo mercado.</p> <p>A CONTRATANTE analisará os respectivos custos e a conveniência da execução total ou parcial da manutenção, levando-se em conta o melhor custo/benefício. Após esse exame, se conveniente, a CONTRATANTE autorizará a oficina credenciada a executar os serviços de seu interesse ou cancelará o pedido.</p> <p>A CONTRATANTE decidirá pela execução dos serviços e aquisição de peças na oficina que apresente o orçamento (proposta) mais vantajosa, podendo, inclusive, se subsidiar de softwares específicos de cotação, a exemplo da AUDATEX, como forma de possuir um referencial mais preciso sobre os preços</p>

praticados no mercado.

Fornecer em seu orçamento a relação de peças (com marca do fabricante), serviços (mão-de-obra), componentes e materiais a serem trocados com descrição individualizada dos custos, via sistema, para avaliação da CONTRATANTE, em especial:

a) Valor detalhado de todos os serviços a serem prestados, bem como de cada peça a ser fornecida, tomando por base o preço praticado pelo mercado, devendo constar ainda: marca e modelo do veículo, placa, quilometragem do veículo, nome da oficina, local, data da cotação, data de início e conclusão dos serviços;

b) O prazo de garantia para os serviços, peças e acessórios aplicados, será de no mínimo 06 (seis) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros rodados, contados do recebimento do veículo devidamente consertado e aprovado pela Coordenação de Transporte da SEAP-PA;

c) O prazo de garantia para os serviços, peças de retifica de motor, será de no mínimo 01 (um) ano ou 10.000 (dez mil) quilômetros rodados.

Para execução dos serviços e aquisição de peças a CONTRATANTE somente aceitará oficinas credenciadas pela CONTRATADA.

A CONTRATADA, através da rede credenciada, executará os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças e componentes genuínos, originais ou genéricos novos e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da CONTRATANTE.

No detalhamento do orçamento deverá constar se a peça é genuína, original ou genérica para que a CONTRATANTE, a seu critério, avalie qual dos tipos é mais vantajosa para a situação.

Não serão aceitas peças reconcondicionadas, usadas ou de procedência duvidosa, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade sobre a CONTRATANTE.

CONTRATADA e sua rede credenciada são responsáveis pelo recolhimento e descarte de todas as peças e materiais oriundos da prestação dos serviços, após feita a verificação pela CONTRATANTE.

A CONTRATANTE não se responsabilizará pela destinação/descarte inadequado de peças e demais materiais, após anuência das peças modificados.

A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a origem das peças e componentes utilizados, como também a adequação das tarefas realizadas em cada serviço com o valor cotado, antes de sua aprovação;

As peças e/ou acessórios substituídos deverão ser entregues dentro do veículo consertado, no ato da entrega, dentro da embalagem das peças adquiridas de forma que a CONTRATANTE possa realizar uma verificação da efetiva troca;

As oficinas credenciadas possuem o prazo de 05 (cinco) dias para encaminharem seus orçamentos e 02 (dois) dias para entrega do veículo consertado, a depender do tipo de serviço executado, podendo tal prazo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE.



	<p>O serviço de reboque/guincho deve estar disponível 24h (vinte e quatro horas) por dia, de segunda a domingo, inclusive feriados, para atendimento imediato.</p> <p>Em caso de acidentes ou demais tipos de sinistros, a CONTRATADA juntamente com a rede credenciada, deverão estar aptos a oferecer atendimento imediato, principalmente no que se refere à remoção do veículo (socorro mecânico) a um local seguro, como oficinas, depósitos e garagens.</p> <p>A CONTRATADA deverá credenciar, caso haja necessidade, concessionárias automotivas das principais montadoras, como: FORD, FIAT, VOLKSWAGEN, CHEVROLET, TOYOTA, HONDA, NISSAN, HYUNDAI, RENAULT, MITSUBISHI, CITROËN, SUZUKI, JEEP, KIA, PEUGEOT etc. para realização de revisões em veículos que estejam no período de garantia.</p> <p>A rede credenciada deverá possuir oficinas especializadas em veículos blindados.</p> <p>A rede credenciada deve estar apta a atender às necessidades de manutenção dos seguintes meios de transporte: a. Veículos leves; b. Veículos utilitários; c. Veículos Pesados; d. Motocicletas; e. Outros.</p>
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	<input type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <div> <input type="checkbox"/> dias.         <input type="checkbox"/> Outro: nnn    <input type="checkbox"/> meses.  <input type="checkbox"/> anos.       </div>
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO	
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input type="checkbox"/> Análise de contratações similares. <input type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b> <i>(Indicar a metodologia).</i>
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	<p>Como metodologia para determinar os quantitativos a serem contratados levou-se em consideração a frota SEAP/PA de veículos, máquinas e equipamentos próprios, que são: 81 veículos, 03 tratores, 61 rocadeiras e 24 geradores que totaliza a quantidade de 169 de veículos, máquinas e equipamentos próprios atualmente.</p> <p>Outrossim houve um aumento de 2023 para 2024 de 15 <b>novos veículos incorporados à frota da SEAP</b>.</p> <p>Também foram considerados no levantamento dos quantitativos SEAP/PA a serem</p>

	<p>contratados os serviços executados no Contrato em vigência nº 004/2019, relativo à manutenção de veículos/aquisição de peças.</p> <p>Assim, chegou-se aos quantitativos estimados de custo com manutenção por veículo.</p> <p>O quantitativo foi alcançado a partir de uma estimativa do valor global somado ao valor da taxa administrativa estimada da empresa que prestará o serviço de gestão. Esta estimativa baseou-se no histórico de ações preventivas e corretivas em veículos da SEAP nos últimos anos e considerando o atual quantitativo de veículos em posse desta Secretaria.</p> <p>A taxa administrativa estimada é representada na ordem de 2% do valor global estimado a ser contratado do serviço de manutenção preventiva e corretiva.</p> <p>Como o valor global estimado dos serviços é de R\$ 2.400.000,00, estima-se que a taxa administrativa será de R\$ 48.000,00, perfazendo um total estimado de R\$ 2.448.000,00.</p> <p>a.) Valor global estimado para uso dos serviços R\$ 2.400.000,00 da realização de muntenções preventivas e corretivas;</p> <p>b.) Percentual estimado da taxa de administração da empresa que fará a gestão para a relização dos serviços de manuteção preventiva e corretiva = 2%</p> <p>c.) Valor correspondente a taxa de administração supracitada = R\$ 48.000,00</p> <p>d.) Valor total estimado da contratação (a+b) = R\$ 2.448.000,00</p> <p>Obs.: O item da letra “a” foi apresentado de forma a balizar o percentual da Taxa de Administração aos licitantes, portanto, não fará parte da disputa.</p>
--	---

ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Valor
	1	Valor global estimado de prestação de serviço de preventivo e corretivo de veículos da SEAP	R\$ 2.400.000,00
	2	Valor correspondente a taxa de administração é de R\$ 48.000,00, referente a 2% do valor global para uso dos serviços do item 1.	R\$ 48.000,00

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input type="checkbox"/> Pannel de preços.	<input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares.
	<input type="checkbox"/> Simas.	<input type="checkbox"/> Fornecedores.
	<input type="checkbox"/> Internet.	<input type="checkbox"/> Outro.

ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	ValorTotal Estimado
	1	Valor global estimado de prestação de serviço de preventivo e corretivo de veículos da SEAP			R\$ 2.400.000,00
	2	Valor correspondente a taxa de administração é de R\$ 48.000,00, referente a 2% do valor global para uso dos serviços do item 1.			R\$ 48.000,00
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.448.000,00</b>

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO	
A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	<div><input type="checkbox"/> Sim.</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Não. Por quê?<div><div><input checked="" type="checkbox"/> Objeto indivisível.</div><div><input type="checkbox"/> Perda de escala.</div><div><input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável.</div><div><input type="checkbox"/> Economicamente inviável.</div><div><input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade.</div><div><input type="checkbox"/> Outro.</div></div><div>Especificar: (Indicar o motivo).</div></div>
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES	
HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	<div><input checked="" type="checkbox"/> Sim. PROCESSO Nº 186/2015-PGJ (PROTOCOLO Nº 45289/2015) CONTRATO Nº 060/2016-MP/PA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, POR MEIO DE REDE CREDENCIADA DE OFICINAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS, INCLUINDO GUINCHO E LAVAGEM, MEDIANTE SISTEMA INFORMATIZADO DA CONTRATADA, PARA ATENDIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS. OBS: VALOR GLOBAL DE R\$ 450.000,00.</div> <div><input type="checkbox"/> Não.</div>
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO	
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<div><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Item 02 do NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL SEAP/CTRANS.</div> <div><input type="checkbox"/> Não. Providências: (Justificar a ausência no plano de contratações anual, podendo indicar a previsão da contratação em outro documento de planejamento ou programa, sendo possível sugerir a inclusão no próximo plano de contratações anuais, se cabível. Para tanto, deve-se dar ciência ao setor responsável pelo plano de contratações anual).</div>
RESULTADOS PRETENDIDOS	
Quais os benefícios pretendidos na contratação	<p>Em atendimento a proposta dessa contratação, a solução descrita neste Estudo Técnico Preliminar, deverá assegurar que os serviços sejam prestados, com garantia de qualidade com o objetivo de alcançar os propósitos do objeto. É certo que sua finalidade frente a necessária devendo a Empresa ganhadora ser responsável pelo cumprimento de todas as suas obrigações na execução desse objeto.</p> <p>Desse modo, busca-se assegurar a continuação dos serviços de manutenção garantindo uma melhora na eficiência financeira pois a administradora buscará os menores orçamentos em diversas empresas e em consequência, maior</p>

	<p>transparência e a garantia do transporte seguro.</p> <p>Em termos de economicidade, eficácia e eficiência, podemos asseverar que a economicidade certamente é buscada na licitação que se pretende realizar, com a maximização da concorrência, o que resulta em melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis. O mesmo, naturalmente, aguarda-se da contratação, que a contratada cumpra os compromissos assumidos, que a sua proposta seja muito vantajosa para a administração, mas não seja, de forma alguma, inexequível, que os serviços sejam executados com excelência.</p> <p>Quanto aos resultados esperados da solução, garantidas as condições anteriores, certamente espera-se a contratação de uma empresa idônea e reconhecidamente capaz de trazer os melhores resultados dos serviços contratados. Nesse contexto, pretende-se com a contratação promover o uso eficiente dos recursos da frota oficial e maximizar o potencial desta, ainda que, com sua idade média avançada, corroborar com seus ofícios nas operações administrativas e finalísticas desta SECRETARIA de ESTADO de ADMINISTRACAO PENITENCIÁRIA- SEAP.</p> <p>Dos resultados esperados:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes, que conferem veracidade às informações e permitem reduzir o tempo de coleta, digitação, compilação e análise de dados;</li><li>b) Redução de despesas administrativas relativas ao espaço físico e pessoal necessários à operacionalização dos controles;</li><li>c) Flexibilidade do sistema de manutenção dos veículos, por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados;</li><li>d) Agilidade nos procedimentos;</li><li>e) Obtenção de informações gerenciais, em tempo hábil para tomada de decisões;</li><li>f) Melhoria do gerenciamento da frota através do controle das manutenções por veículo, da quilometragem e das despesas realizadas;</li><li>g) Os veículos em missões e diligências contarão quando necessário, com oficinas ou serviço de guincho até a oficina credenciada mais próxima, não prejudicando uma operação ou investigação por necessidade de retorno da viatura até uma oficina contratada.</li></ul>
PROVIDÊNCIAS PENDENTES	
<p>HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Jefferson Pereira Libório (Lei 11.419/2006)  
EM 19/01/2024 13:43 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 20A054637613F92D.15166A8C28F91AFD.F9028259EAD1385.DF584282E9344035

IMPACTOS AMBIENTAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?

☒ Sim. **Especificar os impactos:** Destinação das peças substituídas e tratamento dos resíduos sólidos e líquidos decorrentes das manutenções.  
**Especificar as medidas de mitigação dos impactos:** (Detalhar).

A empresa contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas na Instrução Normativa SLTI/MP N° 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA N° 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA N° 416, de 30 de setembro de 2009, bem como da Resolução CONAMA N° 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos. Em razão do automóvel ser um dos produtos que poluem o meio ambiente, seja durante o seu desenvolvimento, sua utilização e também em quanto a sua reparação, neste sentido é de grande importância a observação que as oficinas e centros de reparação possuem processos ambientalmente sustentáveis e contam com procedimentos de descarte e reparos adequados. Visando estimular e estabelecer procedimentos de descarte, reparos adequados e soluções eficientes que causem menos impactos na natureza, o fornecedor deverá atender aos seguintes procedimentos durante a prestação dos serviços: Alocar os resíduos passíveis de reciclagem coletados, nos contêineres próprios destinados à Coleta Seletiva Solidária. O fornecedor deverá desenvolver um processo de descarte correto de peças plásticas, metálicas e de vidro, encaminhando para empresas de reciclagem. Para os serviços de pintura, o fornecedor deverá desenvolver processo de reciclagem do solvente utilizado para lavagem de pistolas de pintura ou peças, quando do seu descarte correto. Da mesma forma para os materiais contaminados, como embalagens de tinta, papel de mascaramento e estopa.

☐ Não.

CONCLUSÃO

A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?

☒ Sim.  
☐ Não.

Belém (PA), 19 de janeiro de 2024.

JEFFERSON PEREIRA LIBÓRIO

TEC. EM GESTÃO PÚBLICA/ADMINISTRAÇÃO Matrícula: 5741688



Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária  
Diretoria de Licitação, Contratos e Convênio Licitações  
Coordenadoria de Licitações

**ANEXO III**

**(Modelo de Proposta de Preços a ser elaborada em papel timbrado da licitante)**

À

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP

**Referência:** Pregão Eletrônico Nº XX/2023 - SEAP

**PROPOSTA DE PREÇO**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01					
	02					
	TOTAL					

**Importa a presente Proposta de Preços no valor total de R\$.....**  
**(.....)**

Certificamos que se nos for adjudicado o Certame, o mesmo far-se-á mediante as formalidades legais, no qual constará as especificações e os quantitativos totais dos requisitados, deverá ser conforme as determinações do termo de referência.

Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital, bem como que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, para fiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor do item cotado que venham a onerar o objeto dessa licitação.

Declaramos que aceitamos acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado, de acordo com o disposto no artigo 125, da Lei nº 14.133/21.

Fica estabelecido o prazo de validade da presente PROPOSTA em 90 dias, a contar da data da sessão pública de abertura das propostas de preços e dos documentos de habilitação, pelo que nos declaramos obrigados em todos os seus termos, condições e valores, durante esse período.

Caso nos seja adjudicado o Certame, informamos que o Sr. \_\_\_\_\_ (nome completo), portador do CPF/MF nº \_\_\_\_\_ e do R.G nº \_\_\_\_\_, é o nosso representante e está devidamente autorizado e credenciado para receber quaisquer comunicações relacionadas com o Instrumento Contratual, cujo pagamento deverá ser depositado no Banco \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_, na Conta Corrente \_\_\_\_\_.

(Localidade), ..... de ..... de 2023.

\_\_\_\_\_  
**Nome Legível do Representante Legal da Empresa**  
**R.G/Órgão Expedidor**



**MINUTA**  
**CONTRATO SEAP/PA Nº XXX/2024**  
*Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa*  
*PAE nº 2024/47438*

**RESUMO**

**CONTRATANTE**

Estado do Pará | SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA

CNPJ nº 05.929.042/0001-25.



**CONTRATADO**

**Nome da pessoa física**

CPF nº xxx.xxx.xxx-xx.

ou

**Nome da razão social da pessoa jurídica**

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.

**OBJETO**



Contratação de empresa especializada em Administração e Gerenciamento de Manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios (preventiva e corretiva), por meio de rede credenciada de oficinas, com fornecimento de peças, acessórios (originais ou genuínas novas e de primeiro uso) e serviços, incluindo guincho e lavagem, mediante sistema informatizado on-line, fornecido pela contratada, para atender a frota e outros equipamentos (geradores elétricos e roçadeiras) à disposição da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária -SEAP, de acordo com as condições e especificações deste





## Termo de Referência.

### LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço deverá ser prestado a qualquer hora do dia dependendo da necessidade de ações preventivas e corretivas nos veículos da SEAP nos municípios de Abaetetuba, Bragança, Belém, Breves, Capanema, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Santarém, Santa Izabel do Pará, São Félix do Xingu, Vitória do Xingu, Tucuruí e outros municípios onde a SEAP possui unidades.

### VALOR TOTAL

R\$ xxx.xxx,xx.

### REAJUSTE

Índice ☒ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa** (data do orçamento estimado).

### PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo Até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.

### FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor].  
(Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do







contrato).



**VIGÊNCIA**

*Prazo*

O contrato terá vigência de 12 meses, a contar da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado.





## CLÁUSULAS CONTRATUAIS

### CLÁUSULA 1

#### Partes

Este contrato tem como PARTES:

#### CONTRATANTE

**ESTADO DO PARÁ, POR INTERMÉDIO DE SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, CNPJ nº 05.929.042/0001-25, COM SEDE NA AVENIDA JOÃO PAULO II, 602, ENTRE HUMAITÁ E VILETA, CEP 66095-492, BELÉM/PA, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SECRETÁRIO MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES.**

**NOME DA PESSOA FÍSICA, RG nº xxxxx PC/UF e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].**

ou

#### CONTRATADO

**NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].**

### CLÁUSULA 2

#### Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa** constante no PAE nº 2024/47438 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

### CLÁUSULA 3

#### Objeto

**3.1 O objeto da contratação é a Contratação de empresa especializada em Administração e Gerenciamento de Manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios (preventiva e corretiva), por meio de rede credenciada**





**de oficinas, com fornecimento de peças, acessórios (originais ou genuínas novas e de primeiro uso) e serviços, incluindo guincho e lavagem, mediante sistema informatizado on-line, fornecido pela contratada, para atender a frota e outros equipamentos (geradores elétricos e roçadeiras) à disposição da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária -SEAP, de acordo com as condições e especificações deste Termo de Referência, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.**

**3.2** Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos.

**3.3** Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Descrição	Preço unit	Qtd	Total
1	Contratação de empresa especializada em Administração e Gerenciamento de Manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos próprios (preventiva e corretiva), por meio de rede credenciada de oficinas, com fornecimento de peças, acessórios (originais ou genuínas novas e de primeiro uso) e serviços, incluindo guincho e lavagem, mediante sistema informatizado on-line, fornecido pela contratada, para atender a frota e outros equipamentos (geradores elétricos e roçadeiras) à disposição da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária -SEAP, de acordo com as condições e especificações deste Termo de Referência.	R\$ 0,00	xx	R\$ R\$ 0,00
TOTAL				R\$ 0,00

## CLÁUSULA 4

Local e hora da prestação do serviço





O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência.

## CLÁUSULA 5

### Preço

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

## CLÁUSULA 6

### Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2024**, na classificação abaixo:

Fonte	0.1.500.000.01.
Programa de Trabalho	97.0101.1.03.421.1510.8283
Elemento de Despesa	339039
Plano Interno	1030008283C

## CLÁUSULA 7

### Reajuste

**7.1** O contrato será reajustado pelo **IPCA**.

**7.2** É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa** (inserir data do orçamento estimado).

**7.3** O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.





**7.4** O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

**7.5** O reajuste será automático e independará de requerimento do CONTRATADO.

**7.6** O reajuste será realizado por *simples apostila*.

**7.7** No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**7.8** Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

**7.9** Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

## CLÁUSULA 8

### Pagamento

**8.1** O pagamento será realizado em **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

**8.2** O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

**Banco** Banpará.

**Agência** xxxx-x.

**Conta** xxxxxx-x.

**8.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

**8.4** Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.





**8.5** A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

**8.6** A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

**8.7** A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

**8.8** Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

**8.9** A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

**8.10** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

**8.11** Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será susado automaticamente.

**8.12** A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

**8.13** O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

**8.14** O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o paga-





mento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

**8.15** Fica pactuado entre as partes que, em atendimento ao disposto no art. 1º, §3º do Decreto Estadual nº 3.532, de 27 de novembro de 2023, o CONTRATADO se compromete a destacar, no documento fiscal, o valor do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza referente ao pagamento a ser realizado pelo CONTRATANTE.

## CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

**9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

**9.2** A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos serviços prestados, a qual deve ser de **12 meses**, após a sua conclusão, no mínimo.

## CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

**10.1** O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.





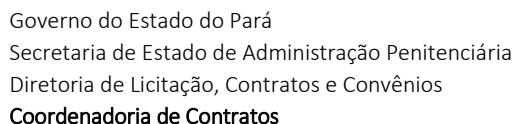
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

**10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:**

- a. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local da prestação do serviço para o representar na execução do contrato.
- d. A indicação do preposto do CONTRATADO ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo CONTRATANTE mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro para o exercício da atividade.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.
- g. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.
- a. Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.







- b.** Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
- 1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
  - 2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
  - 3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
  - 4.** Certidão de Regularidade do FGTS.
  - 5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  - 6.** Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- c.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- d.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- e.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.
- f.** Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.
- g.** Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.
- h.** Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- i.** Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.



**j. Não permitir:**

- 1.** o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
  - 2.** a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- k.** Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l.** Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m.** Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

## CLÁUSULA 11

### Responsabilidade por danos

- 11.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.
- 11.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.
- 11.3** O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



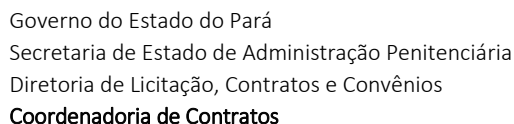


## CLÁUSULA 12

### Infrações e sanções administrativas

**12.1** Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<p>a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.</p>	<b>Advertência*</b>
	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Impedimento de licitar e contratar"</i> .
<p>b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.</p>	<b>Impedimento de licitar e contratar*</b>
<p>c. Dar causa à inexecução total do contrato.</p>	
<p>d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.</p>	
<p>e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.</p>	
<p>f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.</p>	<b>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</b>
<p>g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.</p>	
<p>h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.</p>	



- i.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**12.2** O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**12.4** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
<i><b>Moratória</b></i>	<i><b>Compensatória</b></i>
<p>a. <b>0,6%</b> sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de <b>30 dias corridos</b> (inserir o número de dias).</p> <p>b. <b>0,33%</b> sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de <b>30 dias corridos</b> (inserir o número de dias) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.</p>	<p><b>15%</b> sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.</p>

**12.5** Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

**12.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.



**12.7** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

**12.8** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.9** A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.10** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

**12.11** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.12** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.





**12.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA 13

### Alterações do contrato

**13.1** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.2** Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

**13.3** AS PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**13.4** Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

**13.5** Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA 14

### Extinção do contrato

**14.1** O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

**14.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

**14.3** Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.





**14.4** Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

## CLÁUSULA 15

### Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

## CLÁUSULA 16

### Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

## CLÁUSULA 17

### Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.







## CLÁUSULA 18

### Divulgação e publicação

**18.1** O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

**18.2** Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

## CLÁUSULA 19

### Vigência

**19.1** O contrato terá vigência de 12 meses, a contar da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado.

**19.2** Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

**19.3** Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

## CLÁUSULA 20

### Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.







Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária  
Diretoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Coordenadoria de Contratos



**BELÉM (PA), na data da assinatura.**

**MARCO ANTONIO SIROTHEAU  
CORRÊA RODRIGUES**

Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará  
Contratante

**NOME DO CONTRATADO**

Nome do representante, se não for PF  
*Contratado*

**NOME DA TESTEMUNHA**

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

*Testemunha*

**NOME DA TESTEMUNHA**

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

*Testemunha*

